

Projeto sobre royalties pode mudar contratos em vigor

Advogados dizem que medida aprovada na Câmara, destinando recursos do petróleo para a Educação, é polêmica

Beatriz Seixas

Estados produtores de petróleo, como o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, poderão ser obrigados a destinar a receita dos royalties de vários campos já descobertos, tanto no pós quanto no pré-sal, para a Educação e Saúde.

Isso ocorrerá caso o Senado aprove e seja posteriormente sancionado pela presidente Dilma Rousseff o projeto de lei 323, que destina os recursos dos royalties para Educação (75%) e Saúde (25%), aprovado pela Câmara dos Deputados na última semana.

O artigo 2 do projeto, em seu inciso II, determina que serão destinados a essas duas áreas os recursos dos royalties e participações especiais decorrentes de campos, cuja declaração de comercialidade tenha sido feita a partir de 3 de dezembro de 2012.

Muitos campos já descobertos pela Petrobras ainda não tiveram a sua comercialidade declarada, como é o caso de áreas no litoral Norte capixaba, onde a estatal explora os parques dos Doces, dos Deuses, dos Queijos e dos Cachorros, mas em todos eles não foi iniciada a produção comercial.

O governador Renato Casagrande afirmou que é favorável à distribuição dos royalties aprovada pela Câmara e que não vê problemas, mesmo que a destinação passe a valer para campos já licitados.

“Essa nova divisão tem meu apoio e incentivo para fazermos ainda mais investimentos na Educação e na Saúde. E não vejo com



PETROBRAS

PLATAFORMA de petróleo: recursos dos royalties de vários campos já descobertos destinados para Educação e Saúde

preocupação, já que ela não altera a receita dos municípios e estados produtores, apenas a destinação para a aplicação dos recursos.”

JUSTIÇA

Alguns advogados afirmam que, apesar de ninguém ser contra o uso dos recursos em Educação e Saúde, essa é uma questão que poderá ser questionada na Justiça.

O advogado Carlos Maurício Ribeiro, do escritório Vieira Rezende, afirmou que, se esse projeto for aprovado e entrar em vigor, poderá gerar polêmica.

“Isso pode ser interpretado como uma violação do ato jurídico perfeito. Quando esses contratos foram assinados, não havia exigência de destinação obrigatória da receita dos royalties”, disse Maurício Ribeiro.

ENTENDA

Educação com 75% dos recursos

Como é hoje

- > **A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS** dos royalties do petróleo pode ser voltada para os investimentos usados em obras de infraestrutura.
- > **ALÉM DE GASTOS** com educação, saúde, segurança e outras áreas.

Não pode

- > **O DINHEIRO** dos royalties não pode ser usado para pagamento de funcionários e para outras despesas do custeio da máquina pública, como os gastos com água, luz e telefone.

Como vai ser

- > **OS ROYALTIES** pagos pela explora-

ção de campos que comecem a produzir comercialmente a partir de 3 de dezembro de 2012 só vão poder ser aplicados na Educação e Saúde.

- > **A UNIÃO, OS ESTADOS** e os municípios vão ter que destinar 75% da verba dos royalties para a Educação, como na construção de escolas e incentivo a programas educacionais.
- > **OS 25% RESTANTES** da verba do petróleo precisam ser aplicados na Saúde, como na construção de hospitais e compra de equipamentos.
- > **NO ESTADO**, áreas do litoral Norte, como parques dos Doces, Deuses e Cachorros vão seguir a nova regra.

Fonte: Câmara dos Deputados e pesquisa AT.

Estivadores anunciam greve nacional para o dia 10

SÃO PAULO

Antecipando em 24 horas a greve geral dos trabalhadores, programada pelas centrais sindicais para o dia 11 de julho, o presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, Rodnei Oliveira da Silva, anunciou na noite de sexta-feira a paralisação nacional da categoria no dia 10 de julho.

A principal reclamação do setor é o fato de a Lei dos Portos, regulamentada ontem pela presidente Dilma Rousseff, não obrigar os novos portos privados a contratar trabalhadores vinculados ao Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), entidade que cuida do registro e do treinamento dos funcionários da categoria, entre outras funções.

As entidades calculam que cerca de 25 mil estivadores que trabalham em portos estatais parem no dia 10. “Faremos um ato pacífico, ordeiro, coeso e sobretudo consciente, e vamos mostrar para a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e para o secretário que não é ministro, Leônidas Cristino (Secretaria Especial de Portos), a insatisfação e a força dos estivadores”.

AGÊNCIA BRASIL



GLEISI HOFFMANN: insatisfação